

ENSAIO

ESTADO DO CONHECIMENTO:

desafios e potencialidades para o avanço do conhecimento científico

Pricila Kohls-Santosⁱ

1 INTRODUÇÃO

Em tempos de expansão acelerada da produção científica, provocada, em parte, pelas dinâmicas de avaliação dos programas de pós-graduação *stricto sensu*, nas quais a publicação, a circulação e o impacto da produção científica ocupam lugar relevante, conhecer o que já foi produzido deixou de ser apenas uma etapa preliminar da pesquisa para se constituir como exigência e necessidade epistemológica. A ampliação do número de periódicos, repositórios digitais, bases indexadoras e redes de circulação do conhecimento tem provocado crescimento expressivo da literatura acadêmica em diferentes áreas. Esse movimento, embora represente uma conquista importante para a democratização da ciência, também produz novos desafios para pesquisadores, orientadores e estudantes: como avançar no conhecimento a partir da análise e da interpretação crítica daquilo que já foi produzido sobre determinado objeto de estudo? Ou seja, como ir além da mera descrição de publicações científicas para discutir sua potência epistemológica?

É nesse contexto que o Estado do Conhecimento (EC) assume relevância. Mais do que um procedimento de levantamento bibliográfico, trata-se de uma abordagem que permite mapear, sistematizar e interpretar criticamente a produção científica acerca de uma temática, campo, contexto, período, de uma política, de um conceito ou de determinado problema de pesquisa. Seu propósito não se restringe a identificar o que existe, mas a compreender como determinado conhecimento vem sendo produzido, quais perspectivas teóricas o sustentam, quais metodologias predominam, quais sujeitos e contextos são priorizados, quais lacunas persistem e quais possibilidades investigativas se abrem.

Nesse cenário, a intensificação das exigências de publicação não deve ser compreendida apenas como ampliação quantitativa da produção científica. Ela também convoca a comunidade acadêmica a refletir sobre a qualidade, a relevância e a originalidade daquilo que se produz. O crescimento do número de publicações, por si só, não assegura o avanço do conhecimento. Para que a produção científica contribua efetivamente para o desenvolvimento de um campo, é necessário que seja

analisada criticamente, situada historicamente e interpretada em suas relações teóricas, metodológicas, institucionais e sociais. A realização de um EC exige, portanto, mais do que habilidade operacional para buscar trabalhos em bases de dados. Exige postura investigativa, rigor metodológico e capacidade interpretativa.

Este ensaio parte da compreensão de que o EC constitui uma estratégia para o avanço do conhecimento científico. Sua contribuição está na possibilidade de transformar a revisão da produção acadêmica em um exercício de leitura epistemológica do campo. Ao mapear e interpretar a literatura existente, o pesquisador não apenas identifica trabalhos anteriores, mas compreende os movimentos de constituição de determinada área, reconhece permanências e deslocamentos, evidencia silêncios e tensionamentos e constrói condições para formular novas perguntas de pesquisa.

No contexto contemporâneo, a discussão sobre EC ganha nova densidade em razão da presença crescente das tecnologias digitais e da Inteligência Artificial Generativa (IAGen) nos processos de pesquisa. Ferramentas de busca, sistemas de recomendação, gerenciadores de referências, softwares de análise qualitativa, plataformas de mineração textual e modelos generativos passaram a apoiar diferentes etapas da investigação científica. Entretanto, tais recursos não eliminam a necessidade de criticidade, validação e autoria intelectual. Ao contrário, intensificam a responsabilidade ética do pesquisador e a criticidade em relação a mediação algorítmica do conhecimento. (Kohls-Santos, 2026)

O Estado do Conhecimento contribui para o avanço da ciência quando não se limita à descrição quantitativa da produção existente, mas assume uma perspectiva crítica, analítica e interpretativa. Sua relevância não está apenas em mapear o que já foi produzido, mas em compreender como esse conhecimento foi constituído, quais perspectivas o sustentam, quais lacunas permanecem e quais possibilidades se abrem para a produção de conhecimento novo, rigoroso, ético e socialmente relevante.

Assim, este ensaio tem como objetivo refletir sobre os desafios e as potencialidades do EC como abordagem teórico-metodológica para o avanço da produção científica, incorporando a discussão sobre a IAGen como recurso de apoio, desde que orientada pela criticidade, ética, transparência e responsabilidade autoral.

2 ESTADO DO CONHECIMENTO COMO APROPRIAÇÃO EPISTEMOLÓGICA DA PRODUÇÃO CIENTÍFICA

O Estado do Conhecimento tem sido cada vez mais utilizado em pesquisas acadêmicas, especialmente em estudos de graduação, mestrado, doutorado e investigações vinculadas a grupos de pesquisa. Sua presença crescente revela uma preocupação importante: situar a investigação em relação ao conhecimento já produzido. A compreensão de que o EC não é uma listagem de estudos encontrados, tampouco com um catálogo de autores, títulos, instituições ou periódicos, é essencial. Embora esses elementos possam compor a sistematização inicial do corpus, eles não esgotam sua

finalidade. O que caracteriza essa abordagem é a capacidade de produzir uma leitura analítica da produção científica, permitindo compreender como determinado campo vem sendo construído.

Morosini, Kohls-Santos e Bittencourt (2021) destacam que o Estado do Conhecimento auxilia o pesquisador a reconhecer o estado corrente de determinado tema, contribuindo para a delimitação e identificação de problemas de pesquisa emergentes em uma área ou campo específico, tendo o EC uma função analítica, interpretativa e prospectiva.

Nesse sentido, o EC envolve pelo menos três movimentos articulados: mapear, sistematizar e analisar. O mapeamento corresponde à localização da produção acadêmica relacionada ao objeto de estudo. É o momento em que o pesquisador define onde buscar, quais descritores utilizar, qual período considerar e quais critérios de inclusão e exclusão serão aplicados. A sistematização refere-se à organização do material encontrado, permitindo identificar informações relevantes como autoria, ano, instituição, área do conhecimento, objetivos, procedimentos metodológicos e principais resultados. Já a análise constitui o movimento mais denso da abordagem, pois é nela que o pesquisador passa a compreender os sentidos da produção, suas recorrências, lacunas, tensões e possibilidades de avanço.

É justamente nessa passagem da sistematização para a interpretação que o Estado do Conhecimento revela sua natureza epistemológica. Mapear o que foi produzido é importante, mas compreender o que essa produção revela sobre um campo científico é ainda mais significativo. Um conjunto de teses, dissertações, artigos ou trabalhos de eventos não representa apenas uma soma de textos. Representa modos de perguntar, formas de construir objetos, escolhas teóricas, desenhos metodológicos, condições institucionais de produção, disputas de sentido e processos de legitimação acadêmica.

Desse modo, o Estado do Conhecimento pode ser compreendido como uma atitude investigativa diante da produção científica. Essa atitude exige que o pesquisador se coloque em diálogo com o campo, reconhecendo que todo conhecimento produzido é situado historicamente, social, institucional e epistemologicamente. Ao investigar o que já foi produzido, o pesquisador também investiga: quais temas ganharam centralidade, quais foram marginalizados, quais perspectivas se tornaram dominantes, quais sujeitos foram ouvidos e quais permanecem invisibilizados, sendo estes aspectos passíveis de análise aprofundada no texto do EC, caso este seja um dos objetivos estabelecidos.

Essa postura é relevante no contexto contemporâneo, em que a quantidade de informações disponíveis pode produzir a falsa impressão de que acessar dados equivale a produzir conhecimento. (Kohls-Santos; Giraffa, 2025). A abundância informacional não elimina a necessidade de interpretação; ao contrário, a intensifica. Quanto maior o volume de publicações disponíveis, maior a responsabilidade do pesquisador em construir critérios rigorosos, categorias consistentes e análises não superficiais.

3 PERCURSOS DE REVISÃO DA PRODUÇÃO CIENTÍFICA: APROXIMAÇÕES E DISTINÇÕES

Um dos desafios recorrentes nos estudos de revisão diz respeito à diferenciação entre Estado do Conhecimento, Estado da Arte, Revisão Sistemática, dentre outras. Essas modalidades compartilham a preocupação com a produção científica existente, mas não são equivalentes. Cada uma possui finalidades, procedimentos e níveis de sistematização próprios, de modo que a escolha por uma ou outra deve estar articulada ao problema de pesquisa e aos objetivos do estudo.

O Estado da Arte costuma ser compreendido como um tipo de pesquisa bibliográfica mais ampla de levantamento e análise da produção científica, geralmente voltada à compreensão do desenvolvimento de determinado campo, área ou temática em uma escala abrangente. O Estado do Conhecimento, por sua vez, mobiliza o mapeamento e interpretação da produção em torno de uma temática delimitada, considerando um recorte temporal, fontes específicas e critérios definidos de busca e análise. Sua força está em permitir uma leitura situada da produção, não apenas para identificar o que existe, mas para compreender tendências, lacunas, deslocamentos e possibilidades investigativas.

As revisões sistemáticas, por sua vez, são marcadas por protocolos rigorosos de busca, seleção, avaliação e síntese de evidências, frequentemente associados a perguntas muito específicas e a critérios de reprodutibilidade. Embora possam dialogar com o Estado do Conhecimento, especialmente no que diz respeito à transparência dos procedimentos, possuem outra tradição metodológica e, em muitas áreas, estão vinculadas à síntese de evidências empíricas.

O Estado do Conhecimento não precisa rejeitar a sistematicidade das revisões sistemáticas, tampouco a amplitude interpretativa do estado da arte. Seu diferencial reside na articulação entre sistematização e interpretação do campo. Trata-se de reconhecer que a produção científica não é apenas um conjunto de resultados, mas expressão de movimentos epistemológicos, institucionais, teóricos e metodológicos.

A distinção entre os diferentes tipos de revisão bibliográfica é importante, mas não deve ser compreendida como hierarquia, mas como diferenciação de propósitos investigativos. O Estado da Arte busca uma visão ampla e aprofundada de um campo; a Revisão Sistemática busca responder a uma questão específica a partir de procedimentos protocolados e passíveis de reprodução. Já o Estado do Conhecimento busca articular mapeamento delimitado, sistematização e análise crítica da produção existente. É nessa articulação que reside sua potência epistemológica: transformar o conhecimento já produzido em base para novas perguntas, novas análises e novas possibilidades de avanço do conhecimento científico.

4 DESAFIOS METODOLÓGICOS NA CONSTRUÇÃO DO ESTADO DO CONHECIMENTO

Embora o EC seja reconhecido como uma abordagem relevante para a pesquisa científica, sua realização apresenta desafios importantes. O primeiro deles diz respeito à delimitação do objeto e objetivo de pesquisa. Muitas pesquisas iniciam com temas amplos, genéricos ou pouco definidos, o que dificulta a construção de descritores adequados e compromete a constituição do corpus de análise. A pesquisa do EC exige clareza sobre o que se pretende investigar, pois a amplitude excessiva pode gerar dispersão, enquanto a delimitação restrita pode invisibilizar produções relevantes.

Nesse sentido, a definição clara do objetivo da pesquisa de EC constitui condição fundamental para a qualidade do estudo, pois orienta a delimitação do objeto, a escolha das fontes e a definição dos descritores. Estes, por sua vez, configuram um dos desafios centrais do percurso metodológico, uma vez que os termos escolhidos direcionam o processo de busca e influenciam diretamente a constituição do corpus de análise. Descritores inadequados, imprecisos ou pouco articulados ao campo investigado podem produzir resultados frágeis, incompletos ou distorcidos. Por essa razão, sua seleção não deve decorrer de uma decisão meramente intuitiva, sob o risco de enviesar os resultados da busca. A escolha dos descritores requer conhecimento prévio do tema, aproximação com a literatura, clareza quanto ao objeto de estudo e atenção às variações conceituais e terminológicas utilizadas por diferentes autores, áreas e bases de dados. Desse modo, os descritores não devem ser compreendidos apenas como palavras de busca, mas como operadores epistemológicos que expressam a forma como o pesquisador delimita, nomeia e interroga determinado objeto de estudo.

Também merece destaque a escolha das fontes de busca. Bases de dados, repositórios de teses e dissertações, periódicos, anais de eventos e catálogos institucionais possuem características distintas. Algumas priorizam determinados tipos de publicação, outras apresentam maior ou menor cobertura regional, nacional ou internacional. Há ainda diferenças quanto à indexação, aos filtros disponíveis, à atualização dos registros e à qualidade das informações bibliográficas. Assim, a escolha das bases precisa estar alinhada aos objetivos da investigação e ser explicitada na metodologia.

Outro ponto desafiador refere-se aos critérios de inclusão e exclusão. A constituição do corpus não pode ser resultado de escolhas arbitrárias ou pouco justificadas. É necessário definir, de forma clara, quais trabalhos serão considerados, quais serão excluídos e por quais razões. Esses critérios podem envolver recorte temporal, idioma, tipo de produção, área do conhecimento, pertinência temática, disponibilidade do texto completo, relação com o objeto de estudo, entre outros aspectos, sendo necessária a explicitação desses critérios para fortalecer a confiabilidade da pesquisa e permitir que outros pesquisadores compreendam o percurso metodológico realizado.

Entretanto, o desafio mais significativo talvez esteja na passagem da descrição para a interpretação, que é onde reside a autoria do EC. O pesquisador não é um mero organizador da produção existente, outrossim, é responsável por elaborar uma leitura sobre o campo. Essa leitura precisa ser fundamentada, rigorosa e sustentada pelos dados e pelos teóricos do campo, o que exige capacidade analítica, argumentativa e posicionamento epistemológico. Não se trata de impor uma

interpretação externa ao corpus, mas de construir sentidos a partir do diálogo entre os dados, o referencial teórico e o problema de pesquisa.

5 PARA ALÉM DO INVENTÁRIO: análise, interpretação e autoria no estado do conhecimento

Em pesquisas do tipo Estado do Conhecimento, há o risco de permanecer no plano inventariante, especialmente quando o pesquisador apresenta tabelas, gráficos e percentuais, mas não avança para uma leitura analítico-interpretativa da produção analisada. Embora o levantamento quantitativo possa ser útil, ele não constitui, por si só, análise científica. A identificação de frequências, distribuição temporal, regiões de produção ou palavras-chave recorrentes deve funcionar como um processo de caracterização do corpus e como ponto de partida para a interpretação. Do mesmo modo, a apresentação de blocos descritivos sobre cada pesquisa que compõe o corpus, quando não articulada a categorias analíticas e a uma problematização teórica, tende a configurar apenas um inventário da produção existente.

Superar o risco do inventário implica compreender que os dados sistematizados precisam ser interrogados. Não basta indicar quantos estudos foram encontrados, em que período foram publicados ou quais instituições concentram maior produção. É necessário perguntar o que esses dados revelam sobre o campo investigado: quais temas ganham centralidade, quais abordagens se repetem, quais sujeitos permanecem invisibilizados, quais referenciais teóricos predominam, quais metodologias são privilegiadas e quais lacunas indicam possibilidades de avanço. É nesse movimento que o EC deixa de ser apenas um procedimento de organização de publicações e passa a constituir uma prática analítica, interpretativa e epistemológica.

A análise, nesse sentido, não é uma etapa posterior e mecânica, mas um movimento que atravessa todo o percurso do EC. Desde a escolha dos descritores até a construção das categorias, o pesquisador realiza interpretações. Por isso, é importante que essas escolhas sejam explicitadas e justificadas. A transparência metodológica não significa neutralidade absoluta, mas compromisso com a clareza do percurso e com a possibilidade de compreensão crítica por parte dos leitores.

Outro aspecto relevante diz respeito à construção das categorias analíticas. Categorias não devem ser apenas etiquetas descritivas. Elas precisam expressar relações, tensões e sentidos emergentes da produção analisada. Podem ser construídas a priori, a partir do referencial teórico, ou emergir do corpus, a partir da leitura dos materiais. Em ambos os casos, exigem coerência conceitual e capacidade interpretativa. Categorizar é mais do que agrupar; é produzir inteligibilidade sobre um conjunto de textos.

Nesse processo, a autoria do pesquisador se manifesta na construção das categorias de análise, na articulação entre os dados e o referencial teórico, na identificação de sentidos e na formulação de inferências sobre o campo. As categorias analíticas precisam expressar relações, tensões e sentidos emergentes da produção analisada. Podem ser construídas a priori, a partir do referencial teórico, ou emergir do corpus, a partir da leitura dos materiais. A escrita do EC não deve, portanto, limitar-se a

relatar o que cada estudo investigou, mas produzir uma síntese crítica capaz de evidenciar movimentos, permanências, deslocamentos e tensões da produção científica. É nessa capacidade de transformar o corpus analisado em compreensão qualificada sobre determinado objeto de estudo que reside a autoria interpretativa do pesquisador e se evidencia o avanço do conhecimento possibilitado pelo Estado do Conhecimento.

6 POTENCIALIDADES DO ESTADO DO CONHECIMENTO PARA O AVANÇO CIENTÍFICO

As potencialidades do EC se expressam em diferentes dimensões da pesquisa científica, a primeira delas está relacionada à definição e/ou qualificação ou do problema de pesquisa. Ao conhecer a produção existente sobre determinado tema, o pesquisador pode formular questões evitando repetições e identificando aspectos ainda pouco explorados. O problema de pesquisa deixa, assim, de nascer apenas de uma inquietação individual e passa a ser situado em relação ao movimento mais amplo do campo científico.

Essa contribuição é significativa na formação de novos pesquisadores. Para estudantes de mestrado e doutorado, o EC possibilita uma imersão inicial no campo investigativo. Ao mapear e analisar a produção acadêmica, o pesquisador em formação passa a reconhecer autores referência, conceitos recorrentes, abordagens metodológicas predominantes, lacunas e disputas teóricas. Esse processo favorece a construção de repertório científico e fortalece a autonomia intelectual.

O EC também favorece a identificação de abordagens, teorias, tendências de determinada e lacunas. Contudo, é importante compreender que lacuna não significa apenas ausência quantitativa de estudos. Uma lacuna pode ser teórica, metodológica, regional, temporal, conceitual, epistemológica ou política. Pode estar na ausência de determinados sujeitos, na concentração de estudos em certas regiões, na repetição de métodos ou na pouca articulação entre produção científica e realidade social. Identificar lacunas exige, portanto, um processo analítico e interpretativo das pesquisas.

Além disso, o EC contribui para a construção de agendas futuras de pesquisa, possibilitando indicar novos caminhos investigativos. Essa dimensão prospectiva é uma contribuição importante para o avanço científico e, por isso, constitui-se em uma das etapas da metodologia. O pesquisador não apenas organiza o passado e o presente da produção acadêmica, mas projeta possibilidades futuras de continuidade na construção do conhecimento.

Epistemologicamente, o EC também permite problematizar a própria produção da ciência, analisando o que é publicado, onde, por quem e a partir de quais perspectivas são publicadas as produções científicas, torna-se possível interpretar assimetrias, centralidades e silenciamentos. Essa dimensão é fundamental para áreas como a Educação, em que os objetos de pesquisa geralmente estão vinculados a contextos sociais, culturais, institucionais e políticos.

7 A DIMENSÃO FORMATIVA DO ESTADO DO CONHECIMENTO

Além de sua contribuição metodológica e epistemológica, o Estado do Conhecimento possui uma dimensão formativa relevante. Ao realizar esse tipo de pesquisa, o pesquisador em formação aprende a imergir em um campo científico. Esse processo envolve reconhecer autores, compreender tradições teóricas, identificar debates, observar metodologias recorrentes e perceber lacunas. Assim, pode ser vista como uma experiência de alfabetização científica.

Na pós-graduação, o EC pode contribuir para que estudantes superem uma relação fragmentada com a literatura, construam seus problemas de pesquisa, e também possam utilizar a análise do EC como parte do referencial teórico de suas pesquisas futuras, podendo fazer parte da justificativa de pesquisa, como relevância acadêmica, como um capítulo do referencial teórico, ou, ainda, ser a própria metodologia de uma dissertação ou tese.

A dimensão formativa também se expressa no desenvolvimento de competências investigativas, ao realizar o EC o pesquisador aprende a formular estratégias de busca, selecionar bases científicas de publicações, definir critérios, registrar informações, construir matrizes, comparar estudos, identificar categorias e elaborar sínteses. Essas competências não são apenas técnicas, envolvem julgamento científico, e não juízo de valor, capacidade crítica e responsabilidade ética.

Ao interpretar a produção existente, o EC favorece a formação de uma postura autoral, sendo que essa postura não deve confundir-se com opinião pessoal, mas ser resultado do diálogo entre dados, teoria e problema de pesquisa. A autoria científica emerge, assim, da capacidade de produzir uma leitura fundamentada sobre o conhecimento já produzido e prospectar novas ou diferentes possibilidades para o avanço do conhecimento científico.

Nesse sentido, formar pesquisadores capazes de realizar Estados do Conhecimento com rigor e criticidade é também formar sujeitos capazes de resistir à lógica da informação rápida, fragmentada e descontextualizada.

8 LIMITES E POTENCIALIDADES DA IAGEN PARA O ESTADO DO CONHECIMENTO

A emergência da Inteligência Artificial Generativa tem reconfigurado práticas de busca, organização, análise e produção textual no meio acadêmico. No âmbito do Estado do Conhecimento, apresenta potencialidades relevantes, mas também impõe limites e exigências éticas que precisam ser problematizados.

Em um contexto de ampliação da produção científica e de crescente disponibilidade de recursos digitais, a IAGen pode apoiar etapas do percurso investigativo, especialmente na organização inicial de informações, na identificação de termos correlatos, na comparação preliminar de resumos, na construção de matrizes e na elaboração de sínteses exploratórias. No entanto, seu uso não elimina a necessidade de leitura crítica, validação das fontes, transparência metodológica e responsabilidade autoral do pesquisador.

A aproximação entre inteligência artificial (IA) e educação não é recente. Estudos anteriores já vinham apontando a presença de sistemas inteligentes, mineração de dados, aprendizagem de máquina e sistemas tutores inteligentes nos processos educativos, indicando que a IA se constitui como campo em expansão e com implicações diretas para o fazer docente, para as práticas pedagógicas e para a formação de professores (Giraffa; Kohls-Santos, 2023). Contudo, com a popularização dos recursos e serviços de IAGen, especialmente aqueles capazes de produzir textos, organizar informações, sugerir categorias e apoiar processos analíticos, novos desafios passam a se apresentar à pesquisa científica.

No caso específico do Estado do Conhecimento, a IAGen pode ser compreendida como uma potencialidade metodológica quando utilizada como recurso de apoio ao percurso investigativo. Ela pode auxiliar na formulação inicial de descritores, na identificação de variações terminológicas, na comparação de títulos e resumos, na organização preliminar do corpus, na construção de matrizes de análise, na elaboração de sínteses exploratórias e na visualização de possíveis categorias emergentes. (Kohls-Santos, 2026) Nesse sentido, sua contribuição está menos em substituir etapas da pesquisa e mais em ampliar a capacidade do pesquisador de lidar com grandes volumes de informação.

Essa compreensão encontra respaldo em estudos que já vêm articulando EC e IA. Kohls-Santos e Morosini (2024), ao desenvolverem uma investigação sobre internacionalização como estratégia para a permanência estudantil e o sucesso acadêmico na educação superior, realizaram o EC com apoio da inteligência artificial, evidenciando possibilidades de uso da IA na organização e análise da produção científica. Essa experiência indica que a IAGen pode contribuir para tornar o processo mais ágil, sistemático e visualmente organizado, desde que submetido a critérios metodológicos explícitos e à validação do pesquisador.

Nesse sentido, a IAGen deve ser compreendida como recurso de mediação e apoio, e não como instância de autoridade científica. Sua contribuição pode ser significativa quando auxilia o pesquisador a lidar com grandes volumes de informação, organizar dados e visualizar recorrências. Entretanto, a definição do problema, a escolha dos descritores, a seleção das bases, a constituição do corpus, a construção das categorias e a interpretação dos achados permanecem como responsabilidades humanas. A autoria epistemológica do EC, ou de qualquer escrita, não pode ser delegada à ferramenta, pois depende de julgamento científico, repertório teórico, posicionamento crítico e compreensão do campo investigado.

Nessa perspectiva, urge a necessidade de uma formação crítica para o uso da inteligência artificial na educação e na pesquisa científica. Kohls-Santos e Giraffa (2025) destacam que a IAGen apresenta potencial para personalização da aprendizagem e desenvolvimento da criticidade, mas também suscita preocupações relativas à conscientização ética, à propriedade intelectual, à equidade e ao acesso.

Assim, a IAGen deve ser compreendida como meio e não como fim. Sua presença no desenvolvimento do EC demanda transparência metodológica. Isso significa explicitar quais recursos foram utilizados, em quais etapas, com quais finalidades e quais procedimentos de validação foram adotados. Também implica reconhecer que a autoria do texto analítico permanece sendo do pesquisador, assim como a responsabilidade pelos dados, resultados e interpretações realizadas.

Desse modo, a incorporação da IAGen ao EC não deve ser vista nem com entusiasmo ingênuo, nem com rejeição absoluta. O desafio está em construir uma relação crítica, ética e metodologicamente controlada e transparente no uso desses recursos. Quando utilizados com transparência, validação e responsabilidade autoral, os recursos de IAGen podem potencializar o trabalho do pesquisador, especialmente em etapas de organização, comparação e sistematização inicial da produção científica. No entanto, quando utilizadas de forma acrítica, podem fragilizar a análise, obscurecer os critérios de seleção e comprometer a qualidade epistemológica da pesquisa, implicando, como sugerido por Kohls-Santos e Morosini (2024) a validação humana – Figura 1 – em todas as etapas de construção do EC.

Figura 1 – Ciclo do Estado do Conhecimento com Apoio da IA



Fonte: Kohls-Santos e Morosini (2024)

Nessa direção, o Estado do Conhecimento em tempos de IAGen precisa reafirmar seus fundamentos: rigor metodológico, leitura crítica, interpretação situada e compromisso com o avanço do conhecimento científico. A inteligência artificial pode apoiar o percurso investigativo, mas não substitui a pergunta científica, o alicerce teórico, a sensibilidade epistemológica e a responsabilidade ética do pesquisador. Sua maior potencialidade está em ampliar as condições de análise, desde que permaneça vinculada à criticidade humana e aos princípios que sustentam a ética na produção científica.

9 ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

Ao mapear, sistematizar e interpretar a produção existente, essa metodologia permite compreender os movimentos de um campo científico, identificar tendências, reconhecer lacunas e projetar novas agendas de investigação, o EC se constitui em um tipo de pesquisa bibliográfica, com validação científica, mas também como uma oportunidade formativa para pesquisadores em formação.

Ao longo deste ensaio, defendo que o Estado do Conhecimento não deve ser reduzido a um procedimento técnico de levantamento bibliográfico. Embora envolva etapas metodológicas rigorosas, sua principal contribuição está na possibilidade de construir uma leitura crítica e interpretativa da produção acadêmico-científica, uma vez que, trata-se de um tipo de pesquisa que exige escolhas conscientes, critérios transparentes e sensibilidade analítica.

Entre seus principais desafios, destaco a delimitação do objeto e do objetivo do estudo que, no caso de pesquisadores que estão construindo suas teses ou dissertações, é diferente dos objetivos definidos para a pesquisa do mestrado ou doutorado, embora o levantamento do EC possa ser um dos objetivos específicos de tal pesquisa. Outro desafio reside na passagem da descrição para a interpretação analítica que subsidia a construção e avanço do conhecimento científico. Tais desafios indicam que realizar um Estado do Conhecimento é um exercício complexo, que demanda rigor científico, formação investigativa, e compromisso com a qualidade da produção científica.

Como potencialidade, saliento que o Estado do Conhecimento qualifica problemas de pesquisa, fortalece a formação de novos pesquisadores, contribui para a consolidação de campos científicos, evidencia lacunas e orienta novas pesquisas. Sua força está em permitir que o pesquisador compreenda o conhecimento já produzido não como um conjunto de publicações, mas como expressão de movimentos históricos, teóricos, metodológicos e institucionais.

No contexto atual, marcado pela expansão da Inteligência Artificial Generativa, precisamos evidenciar que a abundância de informações não elimina a necessidade de análise crítica, ao contrário, torna-a indispensável, sendo que os recursos de IA podem apoiar a busca e a organização da produção científica, mas a interpretação permanece como tarefa intelectual, ética e epistemológica do pesquisador.

A incorporação da IAGen no EC representa uma oportunidade para ampliar as possibilidades de busca, ganhar tempo na organização, sistematização e análise da produção científica, desde que utilizada como recursos auxiliares (Kohls-Santos, 2026). No entanto, essa incorporação somente será academicamente legítima se estiver orientada por princípios de criticidade, transparência, validação e responsabilidade autoral. A tecnologia pode ampliar o alcance do olhar investigativo, mas não substitui a pergunta científica, a leitura crítica e a interpretação situada do pesquisador.

Assim, conhecer o que já foi produzido é condição para produzir o novo. O avanço científico não se constrói pela negação da produção anterior, mas pelo diálogo crítico com ela. O Estado do Conhecimento, quando realizado com rigor e profundidade, permite exatamente esse movimento:

olhar para o percurso de um campo ou área, compreender suas marcas, reconhecer seus limites e abrir possibilidades para novas formas de perguntar, investigar e produzir ciência.

REFERÊNCIAS

GIRAFFA, Lucia; KOHLS-SANTOS, Pricila. Inteligência Artificial e Educação: conceitos, aplicações e implicações no fazer docente. *Educação em Análise*, Londrina, v. 8, n. 1, p. 116-134, 2023. DOI: 10.5433/1984-7939.2023v8n1p116.

KOHL-SANTOS, Pricila. *Inteligência Artificial e Pesquisa Científica: Implicações Éticas e Possibilidades Práticas*. SciELO Preprints, 2026.

KOHL-SANTOS, Pricila; GIRAFFA, Lucia. Inteligência Artificial na Educação: a urgência da formação crítica. *Revista Educação em Questão*, Natal, v. 63, n. 77, 2025. DOI: 10.21680/1981-1802.2025v63n77ID41035.

KOHL-SANTOS, Pricila; MOROSINI, Marília Costa. Internacionalização como estratégia para a permanência estudantil: o estado do conhecimento com apoio da inteligência artificial. *Revista Educação em Questão*, Natal, v. 62, n. 72, 2024. DOI: 10.21680/1981-1802.2024v62n72ID35952.

MOROSINI, Marília Costa; KOHL-SANTOS, Pricila; BITENCOURT, Zoraia. *Estado do conhecimento: teoria e prática*. Curitiba: CRV, 2021.

Recebido em: 8 de junho de 2026.

Aprovado em: 21 de agosto de 2026.

ⁱ Pricila Kohls-Santos. Doutorado em Educação pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). Docente e pesquisadora permanente do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Católica de Brasília (UCB). Líder do Grupo de Pesquisa Interdisciplinar em Tecnologias Digitais, Internacionalização e Permanência Estudantil (GeTIPE/UCB). Integrante do Comitê Coordenador da RedGUIA. Pesquisadora da Cátedra Unesco Educação, Juventude e Sociedade. Brasília, Distrito Federal, Brasil.

Curriculum Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3519065110625875>

ORCID: <http://orcid.org/0000-0002-3349-4057>

E-mail: pricila.kohls@gmail.com